

Parecer elaborado pela Prof^a Dra. Verônica A. da
Motta Cezar-Ferreira versando sobre a
implantação da Ideologia de Gênero no Ensino
Fundamental a pedido da Associação de Direito
de Família e das Sucessões - ADFAS

10/12/2015

DA SOLICITAÇÃO

O Ministério da Educação com o intuito de proceder à melhor adaptação das crianças e adolescentes, preparando-as para o desenvolvimento da sexualidade e aceitação das diferenças, apresentou um Plano Nacional de Educação, segundo o qual deve ser ministrada nas escolas de todo o país uma disciplina sobre ideologia de gênero.

Em reunião da Diretoria Nacional, a Associação de Direito de Família e das Sucessões, ADFAS, deliberou realizar estudo sobre o tema.

Consultada a respeito, foi-nos solicitado pela Associação de Direito de Família e das Sucessões, ADFAS, na pessoa de sua diretora presidente, Prof. Dra. Regina Beatriz Tavares da Silva, Parecer Interdisciplinar Psicojurídico a respeito da matéria.

Em atenção àquele pedido, oferecemos nossas considerações sobre o assunto.

IDEOLOGIA DE GÊNERO EM UMA VISÃO PSICOJURÍDICA

Verônica A. da Motta Cezar-Ferreira

INTRODUÇÃO

A ideologia de gênero, como ideia, tomou grande vulto a partir da publicação da obra de Judith Butler, *Gender, Trouble, Feminism and Subversion of Identity*, *O Problema de Gênero* (1990), em razão da discussão da autora sobre heteronormatividade, propondo a abolição da diferenciação sexual, como se sexo fosse algo possível de se escolher. Internacionalmente, foi introduzida por feministas, na última década do século XX, nas Conferências da Mulher, na ONU.

O gênero pode ser considerado construção social enquanto formas de agir determinadas por relação por muito tempo desigual entre homens e mulheres. Dizer-se, no entanto, que determinado comportamento é tipicamente masculino ou feminino, nesse sentido, é tão construído socialmente como dizer-se que certas profissões, cargos e funções são próprios de homens ou de mulheres. A isso se deve combater. Negar, porém, que haja características físicas, psicológicas e espirituais próprias de cada sexo é negar os aspectos constitucionais de cada ser.

Há homens mais sensíveis e isso é tido como característica feminina em sua personalidade; há mulheres mais assertivas e combativas, o que é visto como característica masculina de sua personalidade. Nem aquela maior sensibilidade nem essa combatividade fazem do homem menos homem ou da mulher menos mulher. É uma falácia a afirmação contrária.

A origem do patriarcado remonta a eras remotas. Refere a força física masculina, o fato de o homem sair para buscar o sustento e de guerrear.

Qualquer que tenha sido sua origem, um sistema circular de pensamento levou os homens a pensarem em si mesmos como inerentemente superiores com base na evidência de que eles dominaram a sociedade.

Segundo sociólogos, como Cynthia Fuchs Epstein (1988), o registro antropológico mostra haver menos diferenças de comportamento entre homens e mulheres em sociedades anteriores, nas quais, tanto quanto os homens, as mulheres caçavam, buscavam alimentos e fabricavam ferramentas para fazê-lo. Sendo, porém, os recursos de saúde para manutenção da vida escassos, ter grande número de filhos fez-se necessário à equilíbrio da população. Assim, as mães passaram a cuidar dos filhos e os homens do provento. Como decorrência do poder material masculino, instalou-se o poder social.

Na sociedade contemporânea, as guerras levaram os homens aos campos de batalha e as mulheres ao mercado de trabalho. A dominação masculina, no entanto, não permitiu que se percebessem na mulher qualidades semelhantes às dos homens para a execução de tarefas similares e foi responsável pela desigualdade de tratamento, como na remuneração por serviços prestados, o que se estendeu até os anos sessenta do século passado, senão, até hoje, em alguns estratos sociais.

A desigualdade social tornou imperioso pensar-se na igualdade de gênero, para o que em muito contribuiu a conscientização feminina a respeito de si mesma, seu potencial e valores.

Com a maior conscientização feminina e o desenvolvimento da ideia de igualdade, surgiu o feminismo, que atingiu seu cume nos anos 1960, embora não privilegiando a igualdade, mas buscando a reversão da situação de poder.

No Brasil, o movimento feminista não teve caráter radical como o americano ou o europeu. Sua orientação foi mais moderada e articulada aos discursos de esquerda, como lembram Heilborn e Sorj (1999), além de ter ido da academia para a sociedade.

Segundo essas autoras, a partir da década de oitenta do século XX, substituiu-se, na academia, a palavra mulher, considerada empírica e

descritiva, pelo termo gênero, como categoria analítica, identificando uma área de estudos. Cognitivamente, tal mudança favoreceu a rejeição do determinismo biológico e foi dada ênfase aos aspectos culturais e relacionais, sendo usado para criticar os paradigmas da teoria social.

Maior aprofundamento do tema não cabe nesta apreciação, mas tal mudança, principalmente no hemisfério norte, fez com que a necessidade de se tomar medidas que provocassem a igualdade fosse usada com fins claramente políticos, tendo sido, portanto, alterado o objetivo inicial.

Do feminismo chegou-se à chamada ideologia de gênero, pela qual gênero é construção meramente social, características de sexo são secundárias e meramente aparentes, em razão do que as crianças devem ser educadas sem ter sexo definido com o fito de virem a definir a que gênero pertencem, com o tempo.

Dale O'Leary (1997), em minuciosa análise sobre a agenda de gênero, afirma que a mudança da expressão *discriminação de sexo* para *discriminação de gênero* não é tão inocente quanto pretende parecer, e que foi adotada pelas feministas para o encontro de novos atalhos de convencimento. E refere as Conferências do Cairo, em 1994, e de Pequim, em 1995, como importantes para a ONU impor aos países do mundo, especialmente do mundo ocidental, a agenda preparada nesses eventos oficiais.

Diz O'Leary:

Qual é a relação entre a “*perspectiva de gênero*” e o fato de que os seus proponentes possuem uma extrema aversão a palavras como mãe, pai, marido e esposa? Por que os defensores da Agenda de Gênero referem-se ao casamento e a família em termos negativos? Por que um documento da ONU sobre as mulheres não tem quase nada de positivo a dizer sobre as mulheres que são mães de tempo integral? Por que a ONU não promove mais a “*perspectiva da mulher*”?

As forças por trás da Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres da ONU acreditam que a sua “*perspectiva de gênero*” é uma verdade autoevidente. Elas já estavam ocupadas, mesmo antes da Conferência de Pequim, no encaminhamento de seus planos de “*incorporar a perspectiva de gênero*” em toda escola, em toda empresa, em toda família, em todo programa público e privado, em todos os níveis, e em todos os países (O' Leary, 1977, p. 2).

Os abusos em relação à mulher merecem repúdio, como o merece a dominação masculina, mas não é disso que trata a chamada ideologia de gênero, e sim, de destruir a família como célula base da sociedade com a falsa ideia de eudemonismo, doutrina que, como apregoada atualmente, considera a busca de uma vida feliz, no sentido de felicidade absoluta e a qualquer preço, o princípio e fundamento dos valores morais, julgando eticamente positivas todas as ações que conduzam a pessoa humana à felicidade.

Atualmente, no Brasil, o Ministério da Educação e Cultura, por meio de um Plano Nacional de Educação pretende implantar tal sistema nas escolas do país, expondo o estudante brasileiro ao conceito que desconstrói – ou destrói – a identidade humana como homem e mulher.

1. Do desenvolvimento psicoemocional e psicosssexual

Todo bebê nasce com certo aparato orgânico, que vai permitir seu desenvolvimento biopsicossocial, ou seja, seu desenvolvimento físico, emocional e seu desenvolvimento social, relacional.

Aquilo a que chamamos de desenvolvimento psicosssexual, vai ocorrendo a partir do contato com a mãe, ao mamar, por exemplo, em um primeiro momento e, cada vez mais cedo, no mundo contemporâneo, com o pai.

Dessa interação, no início da qual para o bebê, “mãe e bebê” são uma coisa só, ele e o mundo são uma coisa só, vai se formando seu ego e, com o desenvolvimento deste, o bebê começa a fazer identificações até formar sua identidade, ser ele mesmo. A pessoa humana, portanto, é um ser tipicamente relacional. Até a formação de um indivíduo já depende de uma relação, não apenas a geração biológica, óbvia entre mamíferos, mas a formação em si, enquanto ser biopsicossocial.

Em uma população de cerca de sete bilhões de habitantes, que se estima tenha o planeta, não se encontram duas pessoas idênticas, porque nesse desenvolvimento de que participam o bebê, com suas características

constitucionais, e o ambiente – o primeiro ambiente do bebê são seus pais – vão como que se instalando marcas dentro dele, e ele vai se tornando, cada vez, mais um indivíduo, isto é, um ser indivisível, com características próprias, marcas familiares, marcas de sua cultura de origem e outras.

Isso significa que ainda que gerados pelo mesmo pai e pela mesma mãe, devido à forma como todos esses elementos se combinam dentro da pessoa, ela será única (CEZAR-FERREIRA, 1993). E, portanto, significa, de *per se*, que sempre estaremos convivendo com o diferente. Toda pessoa humana é um ser único. Aceitá-lo como é, é que faz a diferença e não, considerá-lo “o diferente”.

Uma pessoa para poder discutir sua sexualidade precisa ter alguma experiência de si, saber algo a seu respeito. Uma criança para chegar a isso precisa estar envolvida, emocionalmente, em intenso sofrimento, que não lhe permita conviver, desenvolver suas habilidades e viver.

É algo que não se pode implantar de fora para dentro. Não se pode colocar, racionalmente, a criança diante de certos dilemas e propor-lhe tomada de decisões. A alternativa é a imposição do conceito. Isso é fundamental para a abordagem deste tema. Estamos falando de pessoas inimputáveis a quem não se podem impor certas situações, muito menos apresentarem-lhes um enigma como se dogma fosse, obrigando-as a conviver com o dilema e a dúvida.

O educador João Malheiro, escrevendo sobre ideologia de gênero, que aponta como uma nova mentira educacional, relata episódio acontecido em país nórdico da Europa, segundo o autor, recentemente:

Um casal passeava pela rua com seu carrinho de bebê orgulhoso e feliz desse novo rebento familiar quando se deparou com um velho amigo vizinho. A reação diante do inesperado não podia ter sido mais normal e explosiva: “Parabéns! Então já nasceu! Que felicidade! Menino ou menina?”. A resposta, porém, essa sim foi surpreendente: “Não sabemos ainda! O bebê é que escolherá quando crescer...” (MALHEIRO, Blog Portal da Família, 2015).

Isso não tem qualquer razoabilidade, visto que a criança nasce com um sexo biológico. Ela é o que é. Como vai se desenvolver sua condição sexual ou de gênero será questão que poderá, ou não, corresponder ao sexo biológico, dependendo de vários fatores, entre os quais a educação.

Colocar isso em sala de aula para crianças como algo a ser discutido, ou conversado, é passar informações para quem ainda não tem condição de transformar essas informações em conhecimento por falta de repertório para tanto. Mais grave se torna, quando a razão dada é prevenir desigualdades.

As pessoas nascem com um sexo biológico que, no geral, se desenvolve, também, psicologicamente. Há casos em que o sexo biológico é um e o psicológico, outro, e em casos muito expressivos, ocorre a chamada disforia de gênero, de que trataremos adiante.

A criança pequena, em fase de pré-escola, não percebe defeitos nas outras. Não percebe se o amiguinho manca, se tem marcas físicas ou mesmo defeitos neurológicos pouco expressivos. E mesmo em caso de defeitos mais visíveis, como dificuldade de locomoção, de visão e outros, a tendência da criança pequena é solidarizar-se e prestar ajuda. Quando ela começa a fazer discriminações nessa idade, o faz por influência de adultos que lhe chamam a atenção para tanto. Nos adultos está a origem do *bullying*, atualmente mais conhecido e discutido em razão do aumento da frequência e do maior interesse dos pesquisadores, o que levou o fenômeno aos veículos de comunicação.

A criança observa aquilo que ela vive. Se, por volta de dois anos e meio, três anos, ela já adquiriu controle de esfíncteres, poderá criticar o amiguinho ou a amiguinha que fez "cocô" na calça ou, ao vê-lo ou vê-la deixar escapar "xixi", dizer que precisa avisar a mãe ou a professora quando tem vontade de ir ao banheiro. Isso é agir a partir de experiência de si.

Na fase pré-escolar a criança ainda não tem experiência de sexualidade. Ela apenas está começando a perceber que meninas tendem a gostar mais de princesas e meninos, de super-heróis, mas isso não lhe traz problemas. Os adultos, sim, é que podem problematizar sua vida ao não deixar que viva, a seu tempo, as experiências pessoais e sociais.

Crianças brincam de ser o outro. É bastante comum meninos pequenos experimentarem os sapatos de salto alto da mãe, o que não guarda qualquer conotação sexual ou de gênero. Ele apenas saboreia a experiência. O mesmo se diga de meninas tentarem urinar em pé.

Há experiências estrangeiras relatadas por pais que educam os filhos sem discriminação de gênero.

Recentemente, uma dessas experiências foi objeto de entrevista filmada pelo programa "Fantástico"¹, da Rede Globo de Televisão, e apresentada em 25 de outubro de 2015. A entrevista foi realizada pela jornalista Renata Ceribelli com uma família de Portland, no estado de Oregon, nos Estados Unidos. Portland é cidade tida como a "capital dos americanos mais liberais", segundo a reportagem.

A matéria denota não ser essa uma escolha tão simples quanto se pretende.

A mãe contou ter decidido criar os filhos sem definição de gênero após ler muito sobre como é difícil uma criança ser menino e se sentir menina. Que, então, ela pensou: "Não sou eu que vou dizer se eles são menino ou menina. Eles é que vão escolher".

O casal entrevistado tem um filho e uma filha. A menina tem quatro anos e o menino, oito. Ambos são criados para se vestirem como meninos ou meninas, pentearem-se como preferirem, e os brinquedos e brincadeiras servem para ambos.

A menina, segundo a mãe, aos dois anos e meio francamente aderiu ao feminino. O menino tem os longos cabelos loiros cuidadosamente trançados pelo pai, embora se vista com roupas masculinas. É claro de pele e tem semblante feminil.

Ao ser-lhe perguntado se era menino ou menina, respondeu: *Sou principalmente menino, mas, também, um pouco menina.*

A mãe contou que, aos três anos e meio, o filho disse que queria usar roupas cor-de-rosa, e vestidos, mas que não queria ser chamado de menina.

¹ Programa Fantástico. Rede Globo de Televisão. Brasil. 25/10/2015.

À pergunta da jornalista sobre o que ele respondia quando lhe perguntavam se ele era menino ou menina, disse: "Que eu sou, principalmente, menino, mas, também, um pouco menina" E, respondendo a pergunta sobre seu relacionamento na escola, disse que tinha amigos, mas que alguns colegas já caçoaram de seu cabelo comprido.

Ao perguntar a entrevistadora à mãe, o que pensava, disse ela ser natural deixar que os filhos se desenvolvessem sem influências para, mais tarde, definirem o que eram. Sem influências?

Perguntado ao pai, se o filho não teria problemas na escola, disse que já os tinha.

A reportagem denota mãe proativa e pai mais condescendente, passivo e pouco convicto. A senhora parece querer tanto evitar tomar decisões sobre a vida dos filhos, que não admite, mas influenciou o filho com seu medo gerado nas mencionadas leituras que diziam como é difícil "uma criança *ser menino* e se sentir *menina*". Isso indica que sua preocupação podia estar no filho homem.

O menino, por sua vez, não parece sentir-se confortável com a situação. Foi-lhe colocado um dilema com o qual não deve estar sendo fácil conviver. Ele sofre de ansiedade e usa um mordedor de bebê quando se sente ansioso e, provavelmente também, quando é objeto de hostilidade.

A reportagem jornalística, em si, não guarda cientificidade. Usamo-la, porém, como indicativo de que essas ideias estão se disseminando na sociedade e de que as crianças já estão sendo afetadas por elas.

O menino da matéria, em tela, a princípio não parecia ser candidato a fortes conflitos existenciais quanto a sua identidade sexual, e, no entanto, a difusão das ideias de ideologia de gênero, o medo da mãe de que surgisse uma disforia de gênero em sua vida, a passividade do pai, tudo envolvido pelo manto de extrema liberalidade do meio em que vivem, podem vir a imergi-lo em forte indefinição no futuro, como decorrentes problemas de ordem íntima, relacional e social.

É preciso entender que crianças tendem, consciente e inconscientemente, a querer agradar aos pais. Daí dever-se evitar projeções sobre elas. As previsões podem levar a realizações. Tanto é desastroso dizer-se ao filho que "é burro", quanto dizer-lhe que ele não tem gênero. Ambas as previsões podem vir a ser realizadas.

Uma criança a quem se diz que não é menino nem menina, e que ela decidirá a respeito disso, pode manter-se em estado de indefinição sem possibilidade de situar-se no mundo. É como se, ao mesmo tempo em que lhe dizem que tem toda a liberdade, não lhe fosse permitido definir-se, sexualmente. Ela pode viver eternamente à espera da definição, como algo que vá chegar, um dia.

A pessoa humana necessita de certa previsibilidade para sobreviver. Problemas de ordem psicoemocional e social podem instalar-se, provocando prejuízos biopsicossociais nas crianças e adolescentes. Alguns desses prejuízos são percebidos de imediato; outros, podem ocorrer em outras etapas da vida, inclusive na fase adulta.

As pessoas já têm problemas, por si mesmas. Esses não lhes devem ser implantados, muito menos, impostos.

1.1 DA DISFORIA DE GÊNERO

O desenvolvimento sexual ocorre em processo, durante o crescimento da criança. Em geral, essa assume papéis de gênero de acordo com os modelos que lhe estão próximos, o que não significa que não tenha alguma atração por papéis considerados do sexo oposto.

Embora seja a cultura que define os comportamentos, o indivíduo nasce com características físicas que o definem, biologicamente.

É possível, em alguns casos, que um indivíduo nasça com um sexo biológico, não se identifique com ele e sinta-se como se fosse do outro, o que lhe acarreta tão intenso sofrimento a ponto de interferir em seu desenvolvimento geral.

Na disforia de gênero, ocorre rejeição pelos aspectos anatômicos: o menino, com horror ao pênis e aos testículos; a menina, acreditando que o clitoris se transformará em pênis, que não se lhe crescerão os seios nem terá menstruação. Ao mesmo tempo, manifestam-se comportamentos, como não tolerar vestimentas próprias de seu sexo biológico e preferir brincadeiras e companheiros do sexo oposto.

Nesses casos, observar-se-á grande sofrimento da parte da criança, dificuldade em se adaptar ao sexo biológico, de brincar, de aprender, de conviver. Ela deve ser acolhida, respeitada, ajudada, tratada, não para que se reverta tal condição à força, mas para que possa sentir-se adaptada, socialmente, e feliz, como ela for ou puder ser.

Mesmo crianças muito pequenas podem sentir essa contradição entre o corpo e o como conviver com ele, o que não é de fácil identificação para os adultos significativos e, nem mesmo para os profissionais. Encerra um mal-estar generalizado com os aspectos biológicos e anatômicos, não se confundindo com homossexualidade em que o foco está no desejo sexual.

Pesquisas científicas procuram causas para tal síndrome, havendo tendência a se acreditar que sejam biológicas, provindas já do útero materno. Há tratamento psicológico e médico, em alguns casos, cirúrgico.

Como dito, acima, esse quadro pode prejudicar o desenvolvimento como um todo.

Não é raro, no adulto, o surgimento de angústia e depressão, isolamento do meio social, problemas no ambiente de trabalho e dificuldade na escolha do parceiro amoroso. A autoestima fica rebaixada e o autoconceito é afetado. Há relatos de casos de suicídio.

2. DOS ASPECTOS PSICOJURÍDICOS

Diferentes teorias da personalidade buscam referência na relação entre pais e filhos para explicar a formação e o desenvolvimento do psiquismo individual. A que aceitamos, entende que o psiquismo individual decorre de

relações interpessoais.

A família vem sendo cada vez mais objeto de atenção sob diferentes pontos de vista. Do prisma psicológico, tornou-se objeto de estudo na medida em que o raciocínio linear foi dando lugar a uma visão interacional circular das relações, a visão sistêmica.

A psicanálise freudiana enfatiza a relação do bebê com a mãe; fala no triângulo edípico, formado pela criança, a mãe e o pai, este, o introdutor da “lei”, das normas sociais. Melanie Klein fala em relações de objeto (parcial e total), seio bom e seio mau, destacando até na metáfora, a importância da relação entre mãe e filho. Expressões como “cena primária”, “imagem parental” e outras dão mostra de como as relações familiares estão na base de uma das mais conhecidas e respeitadas teorias sobre a compreensão do ser humano.

Mais recentemente, particularmente na segunda metade do século XX, em matéria de importância psicológica da família, as alusões deixaram de ser indiretas, passando-se a considerar a entidade familiar como o eixo em torno do qual se desenvolve a saúde e a doença psíquica de seus membros.

O intrapsíquico, hoje, é visto como fruto do interpessoal (MACEDO, 1995); o indivíduo vem deixando de ser considerado o continente único da patologia (BOSCOLO et alii, 1993) e, em função da inter-relação, a identidade é conferida por uma pessoa a outra.

Para a Psicologia a participação dos pais é fundamental para o desenvolvimento biopsicossocial dos filhos, e, no Direito, a Constituição Federal, de 1988, determina a criação dos filhos pelos pais e a convivência familiar.

A Carta Magna estabelece como um dos fundamentos do Estado de Direito brasileiro, a dignidade humana (art. 1º, III). E o mesmo diploma legal, no art. 227, caput, afirma, em redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à

saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Expor a criança à não identificação sexual, mais do que isso, forçá-la a isso, é forma de violência, de crueldade e de opressão, para se dizer o mínimo. Atinge diretamente sua dignidade. Obrigar os pais a aceitar a doutrinação por imposição institucional é um crime, do ponto de vista psicológico, e, juridicamente, a nosso ver, grave transgressão à lei que determina que os filhos devem ser criados pelos pais. Quem os gera, tem o dever e o direito de educá-los.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem, no art. 26º, nº 3, afirma: *Os pais têm o direito prioritário de escolher a educação para os seus filhos.*

Sob essa ótica, a participação da sociedade e do Estado deve concorrer para propiciar as condições que levem ao que for do melhor interesse das crianças e adolescentes.

E quem pode dizer que ensinar à criança que ela não é nem homem nem mulher é do seu melhor interesse?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Nacional de Educação ao intentar a superação das desigualdades e erradicação da discriminação, propõe que as crianças sejam educadas sob os pressupostos da chamada ideologia de gênero, pela qual virão a decidir, no futuro, qual será seu gênero.

Tal ideologia visa a continuar antiga discussão feminista acerca do poder dos homens em relação às mulheres. Foi iniciada por homossexuais femininas, as chamadas lésbicas, e difundida como se, ser mulher fosse considerado ser inferior, em si.

O Plano Nacional de Educação, como visto, tem a pretensão de superar as desigualdades, erradicando toda forma de discriminação.

Isso seria algo a se louvar. Fazê-lo, porém, dizendo às crianças que não são homens nem mulheres, deixando-as em um vácuo de identidade, não é, sequer, razoável.

Uma coisa é admitir-se que certos comportamentos são fruto de construção social em uma sociedade por séculos dominada pelo patriarcado; outra, é dizer às crianças elas não têm identidade sexual.

Pretender que a palavra sexo seja secundária, referindo-se apenas à atividade sexual, e que a palavra gênero seja mais precisa, é tentar implementar um raciocínio linear em que os opostos se excluem, não se complementam.

A questão, como dito, não está nos casos de indefinição da criança ou do adolescente, que merecem atenção e cuidados, mas em dizer-lhes que eles são indefinidos, por natureza.

Por que colocar uma dúvida em quem não a tem? Alguma razão menos nobre deve subjazer a esse intento e, do ponto de vista psicológico, não só não se pode admitir, como não se sustenta nem teórica nem clinicamente.

À escola não cabe fazer esse tipo de doutrinação ou educar as crianças em sentido que não o formal. Aos pais cabe tal mister. À escola, do

ponto de vista da convivência social, cabe agir para que as diferenças sejam aceitas, as desigualdades, minimizadas e o bom relacionamento entre crianças e jovens, estabelecido e mantido.

Pretender-se implantar tal ideologia sob o argumento de que ele superará as diferenças é uma falácia, contraditória em si mesma.

A primeira diferença que se nega é a de que as pessoas humanas nascem homens ou mulheres. A segunda, e não a última delas, é a negação da própria condição feminina, afirmando a inexistência do ser mulher.

Historicamente, a mulher levou séculos para ser equiparada aos homens, e isso pode justificar a produção de alguns comportamentos, a proibição de outros e a condição de subalternidade em que se colocou a mulher por longo tempo, mas não sua existência como tal.

A esse estado de coisas é que se deve combater, e não a levar um indivíduo pequeno e dependente, como a criança, a lutar consigo mesmo.

Do ponto de vista psicológico, é inadmissível pensar-se em introdução, na escola, de uma proposta pedagógica que vise a levar aos alunos a ideia de que eles não têm identidade sexual e que essa só virá com o tempo, por escolha própria.

As crianças têm que ser educadas conforme sua identidade biológica para que haja coerência entre seu corpo e sua mente. Se não for essa a condição que se desenvolver, esse menino ou essa menina deverá ser aceito como for e puder ser.

O fato é que mesmo aqueles que têm condição homossexual, em sua maioria sabem-se homens ou mulheres, e não gostariam de ser outra coisa. Querem ser um homem que sente atração por outro homem, ou uma mulher, idem, mas não se sentem como se fossem do outro sexo ou de sexo nenhum.

Discriminação por razões de homossexualidade, etnia, religião ou outras precisa e deve ser combatida. Aceitar o diferente como ele é, é que faz a diferença, como diria Bateson (1986).

Implantar-se uma ideologia chamada de gênero é uma forma de opressão e discriminação tão grave quanto qualquer outra. São inimagináveis

os prejuízos psicoemocionais e psicosssexuais que podem advir de tal pedagogia.

A insegurança quanto ao que se é, é insuportável para a pessoa humana. O indivíduo precisa ter consciência de si, saber de si e resolver por si, o que ocorre no mundo interno e não a partir de teorias, sugestões ou imposições.

Como dito, as pessoas nascem com um sexo biológico que, no geral, se desenvolve, também, psicologicamente. Em casos muito expressivos e, segundo estudos, raros, ocorre a disforia de gênero, que não se confunde com homossexualidade.

Crianças brincam de ser o outro. Crianças não têm pensamento crítico. Estão em fase de aprendizagem. Não se lhes deve pedir para tomar decisões. Não se deve reprimi-las em suas manifestações nem estimulá-las inadequadamente. Qualquer estímulo à indefinição pode gerar confusão mental e emocional, obstaculizando o desenvolvimento em todas as esferas: psicológica, cognitiva e social.

Nem todas as crianças ou adolescentes que dizem ser de outro sexo vão desenvolver-se nessa direção.

O trabalho de Dale O'Leary (1977) mostra o sofisma: Para os defensores da perspectiva de gênero tudo se resume à guerra dos sexos. Se o sexo acabar, acabará a guerra.

Cada ser humano é único, e, para conviver com outro ser único, precisa poder compreendê-lo, e, para poder compreendê-lo, precisa poder vê-lo por seus próprios referenciais (do outro) para que não comece a interpretar seus comportamentos como absurdos e sem propósito, sob a égide da crítica destrutiva.

Se o educador puder conviver com a criança como ela é, e não como gostaria que ela fosse, talvez, a convivência entre educador e educando, e entre os educandos, possa ser mais fácil e o ser humano chegue mais perto de se sentir feliz.

Ver a pessoa humana sob a ótica da dignidade, da igualdade e da liberdade implica a preservação de seu bem-estar e o respeito a seu potencial e possibilidades.

A pessoa humana, do ponto de vista da espécie, é macho ou fêmea; do ponto de vista biológico, homem ou mulher; e, do ponto de vista social, masculino ou feminino. Assim, tomar uma posição de indefinição não resolve o problema da diferença, que é o que a escola tem que ensinar a respeitar.

O processo de educação deve respeitar a singularidade de cada criança em matéria de temperamento, tendências, preferências e ritmo de aprendizagem. Isso promoverá sua autonomia, o que significa levá-la a desenvolver a capacidade de ser livre. Se, como diz Malheiro (2010), esse processo ocorrer dentro de padrões éticos, a criança, a partir das virtudes morais, abrir-se-á à aceitação das demais.

A criança é plástica física e psiquicamente. Educar é preciso e possível, mas moldar não é educar, e moldá-la para ser infeliz sob o argumento de que se faz exatamente o contrário, é, do ponto de vista psicológico, um crime hediondo.

Vale lembrar João Paulo II, em sua Carta às Famílias (1994), ao tratar de Educação, quando afirma que qualquer colaborador no processo educativo deve atuar em nome dos pais e ter seu consentimento. O Estado é um colaborador e não o protagonista da educação.

Aos pais cabe educar e ao Estado propiciar as melhores condições para que aquele objetivo seja alcançado.

BIBLIOGRAFIA

BATESON, GREGORY. *Mente e Natureza*. Rio de Janeiro. Ed. Francisco Alves, 1986.

BRASIL. Constituição Federal, promulgada em 05 de outubro de 1988.

_____. Emenda Constitucional (EC) nº 65, promulgada em 13 de julho de 2010.

BUTLER, JUDITH. *Gender, Trouble, Feminism and Subversion of Identity, O Problema de Gênero*. New York: Routledge, 1990.

CEZAR-FERREIRA, VERÔNICA, A. M. *Leis são feitas para serem mudadas. Estudo de um projeto preventivo do sistema familiar*. Monografia. São Paulo: PUCSP, 1993.

_____. *Família, Separação e Mediação – uma visão psicojurídica*. Rio de Janeiro: GEN/Método, 2012, 252 p.

FREUD, SIGMUND. *Obras Psicológicas Completas*. São Paulo: Imago, 1977.

MALHEIRO, JOÃO. *A alma da escola do século XXI. Como conseguir a formação integral dos alunos*. Curitiba: Editora CRV, 2010.

REFERÊNCIAS

EPSTEIN, CYNTHIA FUCHS. *Deceptive distinctions – sex, gender and the social order. Biology versus Culture View*, in *Sociology Books*, Yale: University Press, 1988.

Disponível em <http://www.sociologyguide.com/gender/biology-versus-culture-view.php>. Acesso em 21/9/2015.

HEILBORN, MARIA LUIZA e SORJ, BILA. *Estudos de gênero no Brasil – 1975 - 1995*. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.

Disponível em http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/102_653_EstudosdeGeneronoBrasil1.pdf. Acesso em 25/9/2015.

JOÃO PAULO II. Carta às Famílias. Vaticano. 1994

Disponível em https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/letters/1994/documents/hf_jp-ii_let_02021994_families.html. Acesso em 20/10/2015.

MALHEIRO, JOÃO. *Ideologia de gênero. Uma nova mentira educacional*. Portal da família. Pinceladas educacionais.

Disponível em: http://www.portaldafamilia.org/artigos/ideologia_genero_nova_mentira_educacional.shtml. Acesso em 15/9/2015.

O' LEARY, DALE. A agenda de gênero. Redefinindo a Igualdade. Condensado da obra de Dale O'Leary *The Gender Agenda*. Lafayette, Louisiana: Vital Issues Press, 1997.

Disponível em <http://www.votopelavida.com/agendagenero.pdf>. Acesso em 14/9/2015.